

PERCEPÇÕES E DESDOBRAMENTOS SOBRE A SENSACÃO DE SEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI, EM BELÉM/PA

*PERCEPTIONS AND OUTCOMES ABOUT THE SENSE OF
SAFETY IN THE PUBLIC SPACES OF THE JARDIM MAGUARI
HOUSING COMPLEX, IN BELÉM/PA, BRAZIL*

*Licia Quoos Mayer¹,
Kayan Freitas de Araújo², Ana Paula Soares Müller³,
Raquel Weiss⁴ e Estevan Bacco Bilheri⁵*

Resumo

Este artigo propõe uma discussão sobre os desdobramentos de intervenções urbanas realizadas em espaços públicos do Conjunto Jardim Maguari, Belém/PA, como medida decorrente da sensação de insegurança em relação ao espaço público. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender a percepção dos usuários sobre a sensação de segurança no local e o impacto das intervenções na dinâmica urbana. No geral, a discussão se concentra sobre dois padrões de intervenção recorrentes no conjunto habitacional: intervenções a partir de soluções temporárias e de baixo custo que buscam qualificar espaços ociosos e o fechamento de vias locais, no qual são formados aglomerados semelhantes a condomínios fechados. Para alcance do objetivo deste trabalho, realizou-se visitas exploratórias e a observação direta do espaço, além de entrevistas semiestruturadas e questionário para coleta de dados analíticos que contribuíram para a fundamentação das discussões apresentadas neste trabalho.

Palavras-chave: espaços públicos, intervenção urbana, apropriação, segurança pública.

Abstract

This article proposes a discussion about the unfolding of urban interventions carried out in public spaces of the Jardim Maguari Complex, Belém/PA, as a measure resulting

1 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Maria.

2 Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Arquiteto e Urbanista pela Faculdade Estácio de Belém (2020).

3 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Engenheira Civil pela Universidade Federal de Santa Maria.

4 Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); mestre em Geomática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo e do programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria; Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Maria.

5 Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPEL) e Arquiteto e Urbanista pela Universidade de Passo Fundo (UPF).

from the feeling of insecurity in relation to public space. In this sense, the research seeks to understand users' perception of the feeling of security in the place and the impact of interventions on urban dynamics. Overall, the discussion focuses on two patterns of recurrent intervention in the housing complex: interventions based on temporary and low-cost solutions that seek to qualify idle spaces and the closing of local roads, in which clusters similar to closed condominiums are formed. In order to reach the objective of this work, exploratory visits and direct observation of the space were carried out, in addition to semi-structured interviews and questionnaire to collect analytical data that contributed to the foundation of the discussions presented in this work.

Keywords: public spaces, urban intervention, appropriation, public security.

Introdução

Este artigo é uma extensão do trabalho apresentado no 3º Congresso Internacional de Cidadania, Espaço Público e Território (3º CIECIT) e um recorte da análise realizada para o trabalho de conclusão de curso intitulado "Plano de Bairro para o Conjunto Jardim Maguari" - produzido pelo autor Kayan Freitas de Araújo, o qual propôs elaborar diretrizes urbanísticas para melhorar aspectos do ambiente urbano com ênfase nos problemas locais e emergentes. Com base nisso, este artigo busca compreender as percepções sobre a sensação de segurança nos espaços livres do Conjunto Jardim Maguari e os desdobramentos decorrentes da apreensão dos usuários em relação ao conjunto habitacional.

Este trabalho é produto de uma inquietação provocada pela observação do número crescente de intervenções urbanas espontâneas no Conjunto Jardim Maguari que poderiam estar associadas a sensação de segurança devido às suas características físicas ou, até mesmo, defensivas. Com isso, realizou-se uma investigação para compreender as transformações na paisagem que poderiam estar associadas à sensação de segurança no conjunto habitacional para entender as ações atuais sobre os espaços livres públicos e seus resultados.

As cidades se transformam e é no espaço urbano em que estas se materializam, por meio das ações e características da população que ali habita. Nesses lugares ocorrem encontros e comunicações, expressando um resumo da diversidade socioespacial onde a problemática da coletividade se mostra e permite o diálogo (LIMA, 2015). O autor afirma que:

[...] nesses espaços as necessidades e vontades expressam-se em ações. E a problemática do conflito aflora mais nitidamente perante o cidadão. A diminuição do prestígio atualmente vem assim em consequência da sensação de perigo, o medo e a insegurança que se reflete (LIMA, 2015, p.18).

Santos (2017) afirma que a segurança pública se dá a partir da prestação de serviços e organização dentro do espaço, pois o mesmo é a representação concreta do local: os fatores sociais procedem e a população espera estar segura. Quando bem planejado, o espaço contribui na criação e manutenção da segurança pública.

O espaço urbano é local de atração de grandes massas. Suas relações complexas e a paisagem constantemente mutável refletem o desejo angustiante das pessoas que a tornam como um meio necessário para sua liberdade. Camadas de relações sociais, econômicas, históricas e ambientais se sobrepõem de forma a criar um lugar favorável à vida e ao trabalho. Entretanto, as constantes falhas na segurança pública,

causada em parte por um arranjo configuracional inadequado, fazem com que sua capacidade em assegurar relações sociais e liberdade seja controversa (GOMES, 2020, p. 3).

De acordo com Vargas, Uniarte e Cybis (2016), a segurança é expressada em dimensões subjetivas que correlacionam atributos físicos e comportamento pessoal, sendo estes: as percepções correlatas à causalidade entre o que se mede de maneira objetiva no ambiente; e as sensações que são individuais. A vitalidade dos espaços pode ser indicada pela presença de pessoas em determinado local. A sensação de segurança se conecta nesse quesito de acordo com o número populacional presente: quando este é baixo, há o afastamento e restrição de interações sociais e acesso às ações de cultura, lazer, trocas e um meio de vida saudável (BRANDÃO, 2017).

O planejamento de cidades e espaços urbanos seguros depende do quanto estes espaços são convidativos à população, de modo a estimular tanto a permanência quanto a circulação de pessoas, o que promove uma relação de vigilância mútua e contínua. A sensação de segurança urbana é ampliada quando há interação entre os lotes privados e os espaços públicos, estimulando a ocupação das ruas e espaços urbanos em sintonia com a estrutura local (GEHL, 2013; JACOBS, 2011).

Para obter segurança nos espaços públicos as populações se apropriam de distintas soluções. O urbanismo tático é um exemplo de intervenção, por parte da população e técnicos, que busca soluções rápidas para problemáticas urbanas. Segundo Silva (2020) esta é uma prática urbana recente caracterizada pelo baixo custo e que, de em certa medida, promove o direito à cidade, segurança, cultura e lazer, por meio ações como oficinas, pinturas, inserção de mobiliários, entre outras. Para Silva (2020, p.3), “o método de planejamento permite à população envolvida nas soluções projetuais, o que acaba aproximando o cidadão e criando uma relação com a cidade”.

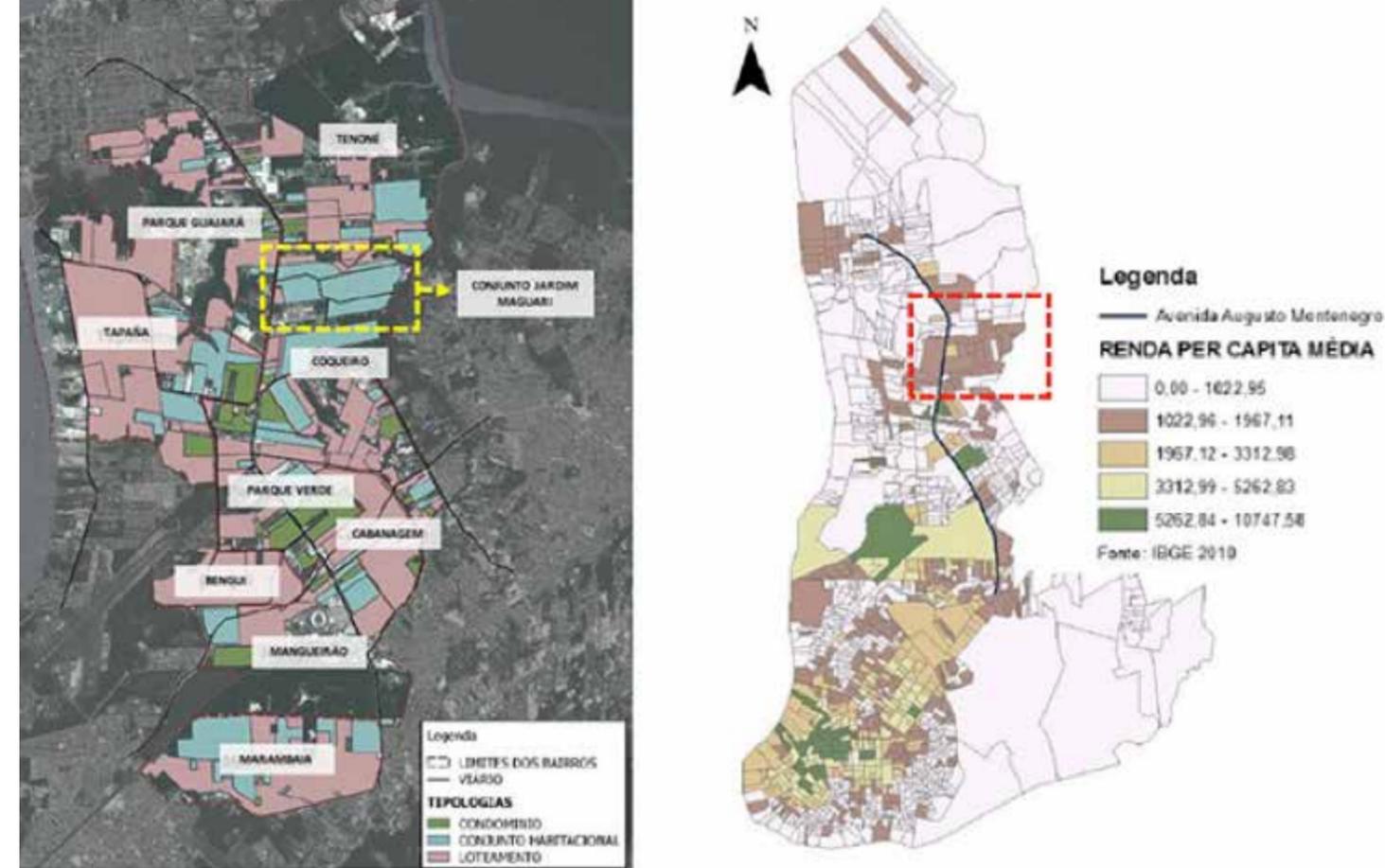
Busca-se por meio dessas alternativas o direito à cidade, e a garantia da recuperação e apropriação de determinados locais. Essa abordagem traz ações que mesmo que mínimas de alguma forma são representativas e abrem espaço para questionamentos (ALVES, 2018). A partir disso, o presente artigo objetiva trazer uma análise da sensação de segurança, por meio da percepção dos usuários do espaço público, do Conjunto Jardim Maguari, Belém, Pará, e estabelecer discussões sobre a implantação de distintas situações de intervenção urbana e inserção de medidas preventivas relacionadas à segurança pública no conjunto habitacional.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa é delineada a partir de visitas exploratórias periódicas contínuas⁶, realizadas para compreender a vivência e apreensão do espaço livre público pelos usuários. Outros métodos de pesquisa foram utilizados de forma combinada para complementar e validar os dados coletados: a aplicação de entrevistas semiestruturadas, de questionário e a observação direta do espaço.

As entrevistas e o questionário foram aplicados em período anterior ao contexto pandêmico provocado pela disseminação do coronavírus (Sars-CoV-2). Portanto, a coleta de dados corresponde a uma amostra de percepções sobre os espaços públicos

⁶ As visitas exploratórias foram realizadas em dias específicos para compreender a dinâmica local tanto em dias úteis quanto nos finais de semana em todos os turnos como estratégia para aprofundar a análise sobre o espaço público. Portanto, a investigação considerou a análise do espaço público em dois dias úteis, no sábado e domingo, tanto nos turnos matutino e vespertino quanto no noturno.



do Conjunto Jardim Maguari antes das alterações na dinâmica urbana. Em geral, tanto as entrevistas quanto o questionário foram aplicados entre janeiro e fevereiro de 2020, mas aplicados a públicos específicos, de acordo com seu respectivo propósito.

As entrevistas⁷ foram realizadas com moradores, comerciantes e transeuntes para análise qualitativa do espaço público. Dentro desses grupos, foi abordada a percepção de homens e mulheres, assim como crianças, adultos e idosos, de forma a extrair dados aproximados e coesos à realidade local e que expressasse diferentes percepções sobre um mesmo lugar. O questionário⁸ aplicado buscou medir a sensação de segurança dos usuários por meio de uma escala de valores, sendo este divulgado publicamente e de forma *online* no período da coleta de dados como forma de alcançar um número maior de voluntários.

Contexto da pesquisa

De acordo com dados do último Censo do IBGE (2010), o bairro Coqueiro apresenta uma população de 51.766 habitantes, representando 3,7% da população da cidade de Belém. Ainda, os residentes do bairro, sendo em sua maioria mulheres (52,7% dos habitantes), encontram-se alocados em 15.470 domicílios (IBGE, 2010). Ainda em relação a dados estatísticos, de acordo com levantamento realizado Souza (2016) com base nos dados do IBGE (2010), os setores censitários que compreendem o espaço urbano do Conjunto Jardim Maguari, principalmente, possuem renda per capita média baixa entre 1022,96 e 3312,98, mas ainda assim destoante dos bairros adjacentes (Figura 1).

⁷ Ressalta-se que os voluntários de pesquisa entrevistados não são identificados com seus nomes verdadeiros, isto é, refere-se a eles com nomes fictícios para preservar a identidade do entrevistado.

⁸ As questões abordadas nos questionários e nas entrevistas podem ser acompanhadas no Apêndice deste artigo. É importante dizer que, alguns assuntos comentados são extensões de discussões provocadas pelas mesmas perguntas descritas nesse apêndice.

Figura 1 – Contexto econômico e habitacional de região próxima ao Conjunto Jardim Maguari. Fonte: elaborado por Souza (2016).

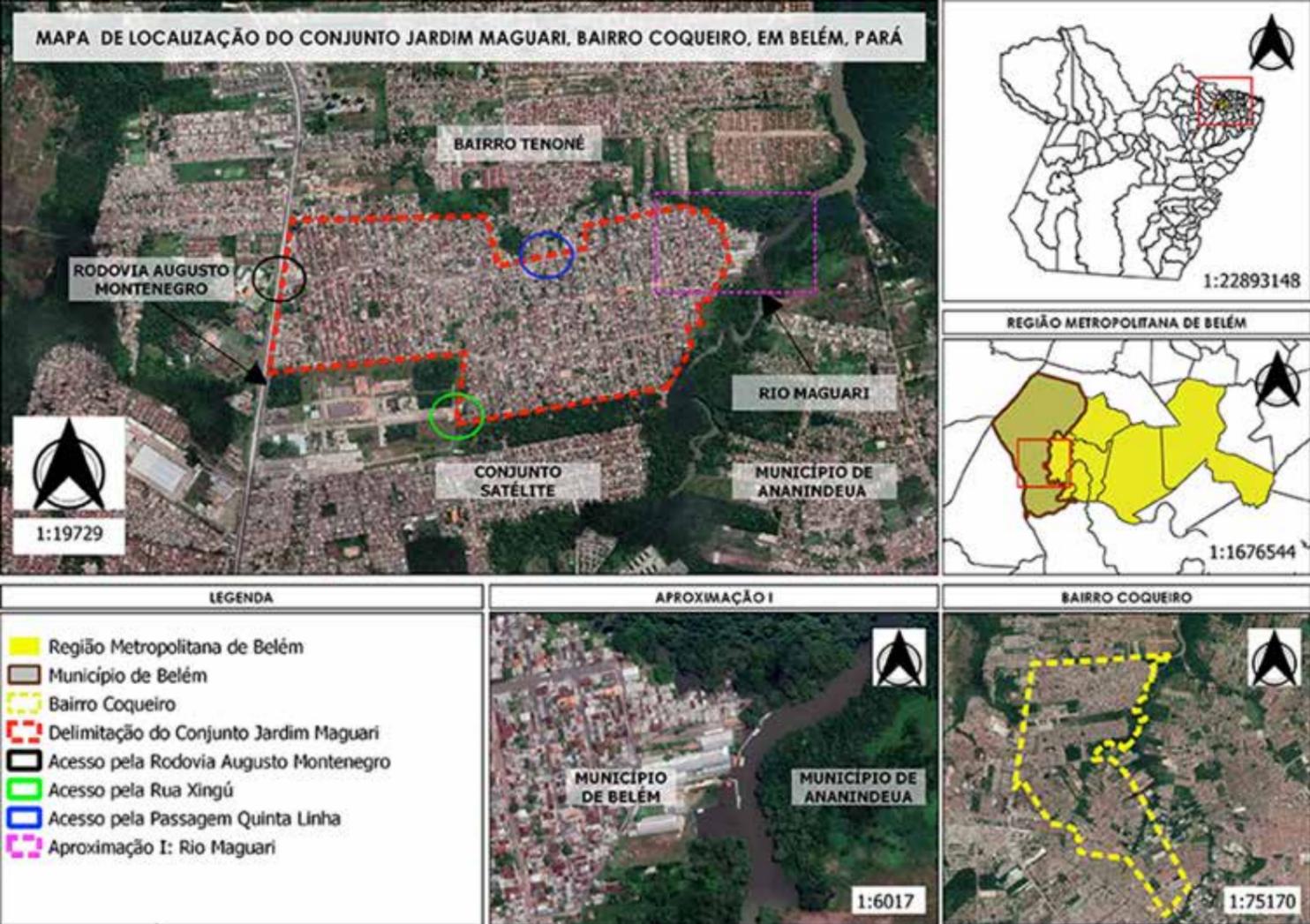


Figura 2 – Mapa de localização do Conjunto Jardim Maguari. Fonte: elaborado por Araújo (2020) a partir da base de dados da CODEM (2020) e BELÉM (2008).

O Conjunto Jardim Maguari (Figura 2), projeto de habitação da década de 1970, está localizado no bairro Coqueiro - Belém (PA) com acesso pela Avenida Augusto Montenegro (Via arterial), Rua Xingú (Integração com o Conjunto Satélite) e pela Passagem Quinta Linha (Integração com o bairro Tenoné). O conjunto habitacional se destaca por sua extensão territorial, caracterização urbana e ambiental, e por sua população⁹, equivalente a 27,75 % do total do bairro, cerca de 14.373 habitantes, distribuídos em 1.417.052 m² de área¹⁰, equivalente a 20,64 % da área total do bairro.

O Conjunto Jardim Maguari está inserido nas Zonas de Ambiente Urbano (ZAU) classificadas como 4 e 6-IV. Conforme o Plano Diretor da cidade, a ZAU 4 “caracteriza-se por ter uso predominantemente residencial, atividades econômicas dispersas, presença de núcleos industriais, carência de equipamentos públicos, infraestrutura não consolidada, terrenos subutilizados ou não utilizados”, entre outros (BELÉM, 2008, p. 51). Já a ZAU 6 - Setor IV se caracteriza pela “predominância de uso residencial, com tendência à verticalização de até quatro pavimentos, condomínios horizontais e por atividades econômicas de porte médio” (BELÉM, 2008, p. 55).

⁹ Análise feita por setores, portanto, não considera apenas a população do Conjunto Jardim Maguari, mas também aglomerados que surgiram como linha de expansão. Os setores considerados foram: 150140245000221 – 1.024 hab.; 150140245000151 – 1.082 hab.; 150140245000149 – 965 hab.; 150140245000146 – 1.476 hab.; 150140245000145 – 1.503 hab.; 150140245000147 – 1.082 hab.; 150140245000148 – 1.076 hab.; 150 – 1.105 hab.; 150140245000220 – 1.027 hab.; 150140245000152 – 1.609 hab.; 150140245000153 – 1.237 hab.; 150140245000154 – 1.187 hab. Ambos localizados no Distrito Administrativo do Benguí.

¹⁰ Conforme o perímetro do Conjunto Jardim Maguari informado pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) em arquivo digital no formato “dwg”.

Desse modo, o Conjunto Jardim Maguari é composto, majoritariamente, por construções de uso residencial, com esporádicas edificações voltadas às atividades econômicas e uma tipologia principalmente horizontal, além de infraestrutura não consolidada e equipamentos públicos escassos. O Conjunto também coexiste com outros usos e ocupações do território dentro do bairro, como áreas de condomínios fechados ou de loteamentos irregulares. Esta configuração urbana diversa reforça a segregação socioespacial existente na região, evidenciando características que promovem uma limitação no exercício da cidadania e no direito à cidade de parcelas da população. Ainda, o conjunto habitacional apresenta um sistema viário integrado, com traçado urbano ortogonal e disponibilidade de áreas verdes e não utilizadas.

Percepção sobre a sensação de segurança nos espaços públicos do Conjunto Jardim Maguari: desdobramentos, conflitos e perspectiva futura

Esta seção apresenta as intervenções urbanas mais significativas no Conjunto Jardim Maguari provocadas pela sensação de insegurança nos espaços públicos decorrentes do aumento no número de relatos sobre assaltos e furtos, principalmente. É pertinente considerar que, de acordo com o Anuário Estatístico de Belém (2012), o bairro Coqueiro foi classificado em sexto lugar quando o assunto é segurança pública - índice de criminalidade, isto significa que o bairro figura entre um dos mais inseguros da cidade de Belém. Embora os dados coletados sejam baseados no levantamento do IBGE no ano de 2010 estarem desatualizados, a sensação de insegurança dos moradores do conjunto habitacional aumenta proporcionalmente às intervenções urbanas para mitigar tais problemáticas.

A pesquisa¹¹ realizada questionou os voluntários sobre sua avaliação em relação a sensação de segurança nos espaços públicos do conjunto habitacional a partir da aplicação de questionário com moradores e transeuntes. A devolutiva dos entrevistados revelou que a sensação de insegurança é significativa em quem frequenta o local. A maior parte dos entrevistados — 58,5% deles — afirmaram se sentir inseguros na região, especialmente durante a noite, devido à reincidência de assaltos no local, enquanto 35,1% dos participantes mencionaram que se sentem razoavelmente inseguros ao transitarem pela região. Apenas 6,3% dos voluntários que participaram da pesquisa afirmaram se sentirem seguros no Conjunto Jardim Maguari. Mas ainda assim, essa sensação de segurança que representa cerca de 6,3% dos entrevistados pode estar atrelada às formas de vivência do espaço público.

Diante desse contexto, a intervenção urbana se torna um viés à população e alternativa para mudar a percepção sobre a sensação de segurança nos espaços públicos do Conjunto Jardim Maguari. De um modo geral, as intervenções acontecem sem assessoramento técnico, quase sempre sem apoio ou consentimento da gestão pública e se concentram tanto em regiões mais valorizadas, cujo padrão construtivo é mais elevado, quanto em regiões menos valorizadas. Com base nisso, identifica-se dois padrões de intervenção urbana predominantes: as apropriações de espaços públicos a partir de soluções temporárias e o fechamento de vias locais (restrição de acesso).

Macedo e Almeida (2015, p. 2) entendem a intervenção urbana “como ação sobre algo, que acarreta reações diretas ou indiretas; ato de se envolver em uma situação, para evitar ou incentivar que algo aconteça; alteração do estabelecido; interação, intermediação, interferência, incisão, contribuição”. De modo geral, as intervenções

¹¹ Esta pesquisa foi realizada entre 17/12/2019 e 05/02/2020 a partir da aplicação de questionário *online* com a participação de 111 voluntários que afirmaram frequentar o Conjunto Jardim Maguari.



têm como característica em comum o colaborativismo da população em melhorar a qualidade do ambiente urbano, portanto, poderiam ser denominadas também de intervenções urbanas colaborativas.

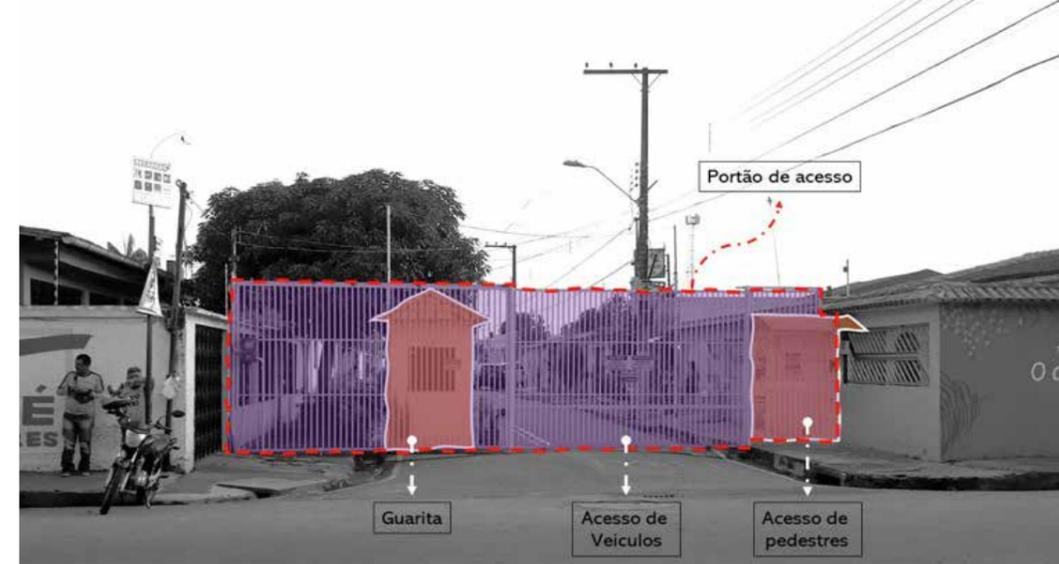
As apropriações de espaços públicos no Conjunto Jardim Maguari têm por objetivos principais recuperar espaços degradados ambientalmente, agregar função social à espaços ociosos e ofertar lazer à população local a partir de soluções temporárias fundamentadas no urbanismo tático que, conforme Lydon e Garcia (2015) e Hamra (2018), pode ser entendida como ferramenta de intervenção urbana para discussão sobre determinada questão e início de um novo padrão de comportamento caracterizada, em especial, pelo baixo custo, produção flexível e pela resposta rápida ao problema.

Em relação a sensação de segurança, direciona-se a discussão sobre os espaços ociosos do conjunto habitacional por gerar uma atmosfera favorável à ocupação do espaço público por usuários de drogas e o tornar o local suscetível a assaltos, de acordo com o exposto nas entrevistas com moradores. Cita-se no Conjunto Jardim Maguari dois principais espaços sem definição de uso que foram apropriados pela comunidade também com o objetivo de melhorar a sensação de segurança nesses lugares: o primeiro na Alameda 14 C e o segundo na Alameda 20 C (Figura 3). Ambos os processos de intervenção foram conduzidos pela comunidade e se tornaram os espaços públicos mais atrativos em comparação a antes, de forma a melhorar os aspectos relacionados à sensação de segurança no entorno proporcionalmente à ocupação do lugar.

É interessante abordar que esse padrão de intervenção contribuiu positivamente à comunidade conforme o levantado nas entrevistas, pois reduziu a frequência de assaltos no entorno nos períodos em que há atividades sendo realizadas no local, consequentemente, melhorou a percepção em relação a sensação de segurança dos moradores. Além disso, promoveu o fortalecimento do senso de comunidade a partir do engajamento coletivo no processo de intervenção urbana e produziu espaços públicos de lazer e convívio que suprem, na medida do possível, a ausência da gestão pública na oferta de equipamentos públicos do gênero na região.

A relação dos atores sociais com a concepção da intervenção urbana atua como uma oportunidade do cidadão em se reconhecer como parte da comunidade e se apropriar do espaço público, sendo um primeiro passo para a ressignificação do espaço público que vá além do direito ir e vir (ARAÚJO et al., 2021).

A participação e construção colaborativa de espaços urbanos objetivam atendimento às demandas comunitárias bem como ao caráter técnico exigido pelos órgãos de controle e planejamento da



cidade. A conexão dos atores que atuam no processo de construção urbana se faz eficiente quando proporciona a abertura aos interesses e necessidades diversos, empoderando efetivamente os usuários do espaço como parte ativa no processo de transformação. Tais usuários, ao estarem inseridos nas atividades decisórias, sentem-se reconhecidos, contemplados e integrantes da comunidade (ARAÚJO et al., 2019, p. 76).

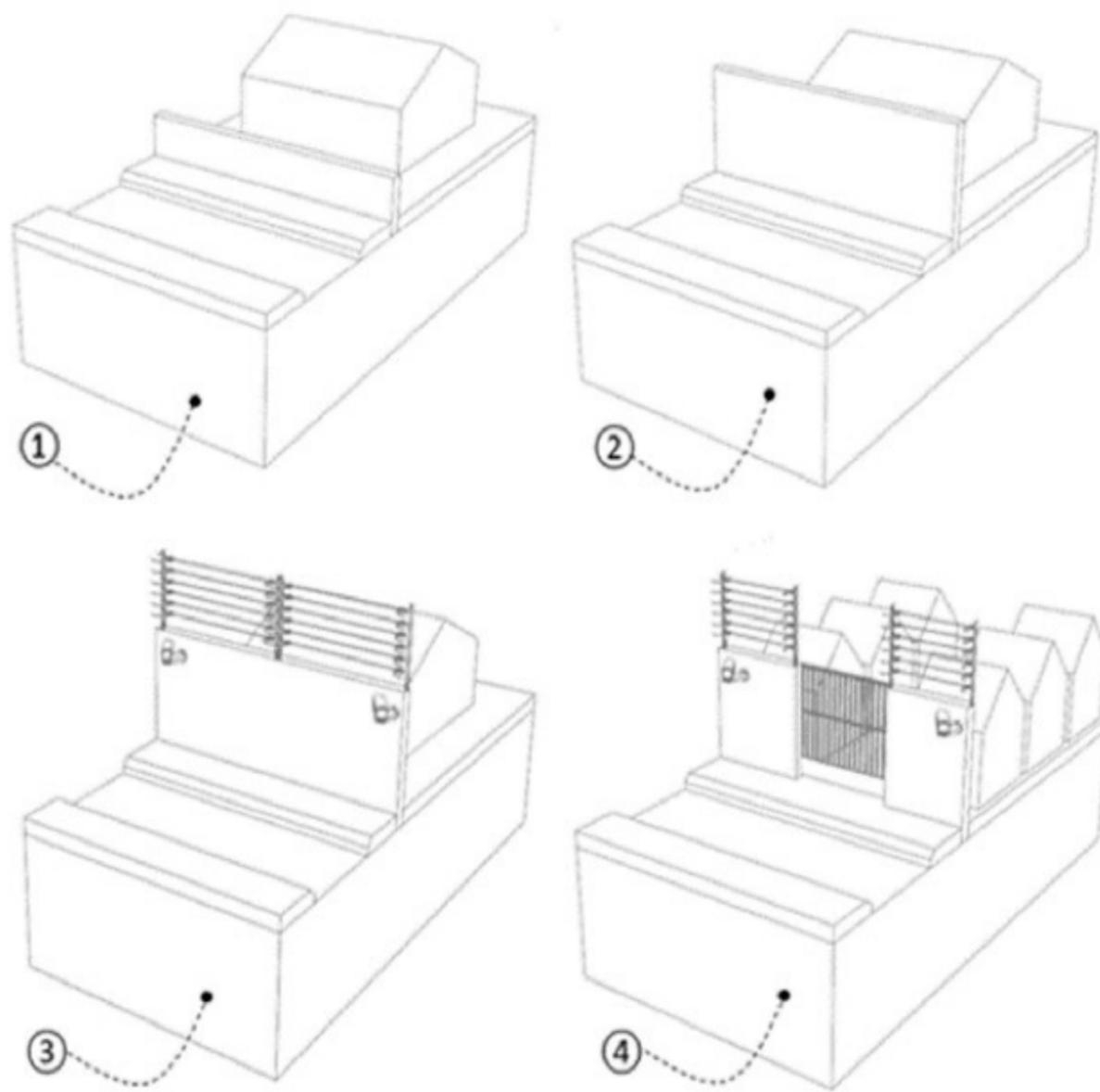
O fechamento das vias locais é outro padrão de intervenção urbana que objetiva melhorar a sensação de segurança dos moradores. De acordo com o último levantamento realizado, em 2020, foram registradas 13 alamedas fechadas por moradores - aproximadamente 21% das alamedas do conjunto habitacional. Desse quantitativo, cerca de 80% se concentram na região em que Souza (2016) avalia como de alto padrão construtivo, o que provoca de certo modo uma segregação socioespacial e a restrição ao espaço público na sua essência, a rua.

Algumas dessas alamedas fechadas possuem porteiro, portão eletrônico, câmeras de segurança, reforço na iluminação pública, entre outras melhorias que são financiadas pelos moradores de cada alameda (Figura 4). Por outro lado, outras contam com estrutura mais simples e nem sempre com o consentimento de todos os moradores. No entanto, é perceptível a melhora na sensação de segurança desses moradores, mesmo que limitada a uma parcela da população local. Como resultado se observa a apropriação maior da via pública após a intervenção por meio de atividades lúdicas e contemplativas como brincar, sentar-se na porta de casa, correr e pedalar.

Apesar dos resultados positivos com essas intervenções, não se pode esquecer o caráter público das vias de circulação. Em 2019, o Portal G1 publicou uma matéria sobre essa questão no Conjunto Jardim Maguari, de acordo com a reportagem esse padrão de intervenção é reprovado pelo poder público. A Secretaria de Urbanismo de Belém (SEURB), se opôs ao fechamento das vias e recomendou a desobstrução da via pública por meio do Ministério Público (G1 PARÁ, 2019). De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no artigo 209 é proibido “transportar, sem autorização, bloqueio viário com ou sem sinalização ou dispositivos auxiliares”, sendo que tal ação configura infração grave, sujeita a multa. Ainda, bloquear vias públicas transcende-se ao direito de ir e vir, promulgado na constituição de 1988, artigo 5, inciso XV, interferindo no exercício da cidadania.

Arelado ao tópico de ações estratégicas que objetivam melhorar a sensação de segurança, evidencia-se uma evolução nítida das unidades habitacionais ao longo dos anos em relação ao desenho proposto pela construtora. Nos primeiros anos após a fundação do conjunto habitacional se nota que as construções residenciais mantinham o padrão habitacional estabelecido pela construtora, geralmente composto por muros

Figura 4 – Portão de acesso à Alameda 20 C do Conjunto Jardim Maguari. Fonte: elaborado pelos autores a partir de Araújo (2020).



baixos (1,10 de altura), de forma a permitir a interação entre o morador e a rua. Com o passar dos anos, percebe-se que os muros sofreram adaptações provocadas pela sensação de insegurança dos moradores do conjunto habitacional que acompanha o adensamento urbano na região, conduzido principalmente por loteamentos irregulares e outros conjuntos habitacionais.

As adaptações foram categorizadas em três fases que podem ser compreendidas melhor na Figura 5, na qual é representada o volume das construções conforme entregue pela construtora (1) e em sequência a fase 1 (2), a fase (2) e a fase 3 (4). A primeira fase consiste na extensão dos muros de 1,10 metros de altura para uma altura média de 2,50 metros em algumas unidades habitacionais, de modo a provocar a perda da permeabilidade visual em alguns casos e interferir diretamente na proximidade do morador com o espaço público, perde-se de certa forma o controle sobre o entorno. Mas ainda assim, percebe-se que algumas habitações mantiveram em suas fachadas elementos construtivos vazados como grades, que cumprem a mesma função que o muro em alvenaria, mas que mantêm o contato visual do morador com a rua (Figura 6).

No caso da construção de muros altos e opacos, que não permitem relação com o espaço público e que restringem a amplitude visual entre edificação e espaço público e diminuem a possibilidade de vigilância natural, os resultados também podem não ser os esperados. Em uma residência ou em um edifício com muros altos, o infrator estará protegido dos olhares externos tão logo tenha adentrado o local,

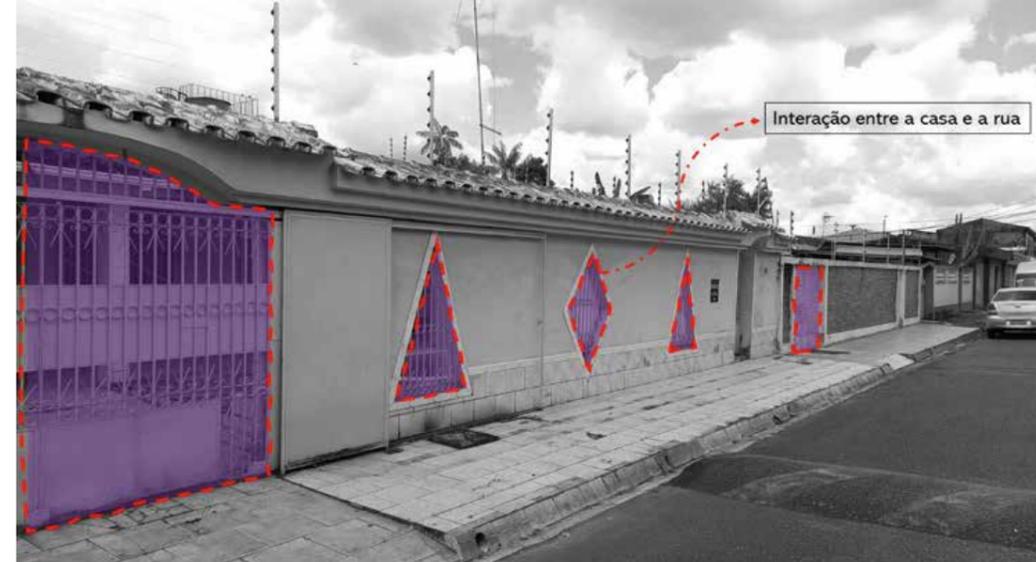


Figura 6 – Permeabilidade visual: maior interação entre o usuário e a rua. Fonte: elaborado pelos autores.
Figura 7 – Fase 2: utilização de cercas elétricas em habitação na Alameda 2 (aberta) do Conjunto Jardim Maguari. Fonte: elaborado pelos autores.

dificultando ou mesmo impossibilitando que vizinhos ou passantes vejam o que está acontecendo e intervenham ou chamem auxílio (SOARES; SABOYA, 2019, p. 7).

Com base nisso, os estudos de Soares e Saboya (2019) afirmam que muros altos podem ser mais prejudiciais do que benéficos no caso de uma invasão ao lote, devido ao bloqueio na visibilidade que estes provocam. Então, mesmo com o aumento na altura dos muros pelos moradores, o risco ainda é presente e é possível que esse seja um fator que implicou na adoção de câmeras de segurança, entre outros equipamentos de segurança. Conforme uma moradora da Alameda 23 do Conjunto Jardim Maguari, ainda com muro alto a sensação de insegurança é alta.

A minha casa tem um muro relativamente alto, não sinto segurança total, pois a casa ao lado ainda não reside ninguém. Então, caso alguém invada a casa, facilmente terá acesso ao quintal aqui de casa, porque por mais que o muro tenha uma altura boa, ainda há chances de alguém pular para dentro do meu quintal (Informação verbal)¹².

¹² Entrevista concedida por FARIAS, Fabiane D. Entrevista I. [jan. 2022]. Belém, 2022. 1 arquivo. mp3 (5 min.).

A segunda fase consiste no uso de câmeras de segurança e cercas elétricas em decorrência do aumento no número de furtos em residências no período noturno, quando não há vitalidade nos espaços livres públicos (Figura 7). Essas invasões são relatadas por moradores em tom de preocupação, mesmo por aqueles que não foram vítimas. De acordo com um morador da Alameda 2 do Conjunto Jardim Maguari as câmeras contribuíram na sensação de segurança, conforme o entrevistado:

A gente está pensando em por câmera de segurança em casa para ter um pouco mais de segurança, saber quando a rua está tranquila pra sair ou até ver quem tá batendo na porta já que com o muro a gente não tem essa percepção. Hoje, a gente paga um vigilante noturno que faz esse controle por nós, mas ainda assim ele toma conta de muitas ruas é difícil nossa casa tá sempre vigiada (Informação verbal)¹³.

É possível que um fato isolado decorrente de condições distantes da realidade um determinado morador provoque uma sensação de apavoramento que conduza algumas pessoas a medidas talvez em proporção maior do que a necessária para se proteger de tais práticas na região. Isso pode justificar a terceira fase, a qual consiste no fechamento completo das vias públicas, formando “condomínios fechados” dentro do conjunto habitacional, fato que contribui para a segregação socioespacial e na vulnerabilização dos moradores que não são beneficiados com as novas adaptações. No entanto, o relato de uma moradora que reside na Alameda 7 do conjunto habitacional (fechada pelos moradores) denota que não houveram mais assaltos no local e que a vizinhança aprova a medida tomada. Ainda de acordo com ela: “foi a melhor coisa que fizemos aqui, porque agora a gente não tem tanto medo como antes de andar na rua” (Informação verbal).

Enquanto intervenções urbanas colaborativas podem ser consideradas positivas, melhorando a sensação de segurança no local de modo geral para a população, o outro padrão de intervenção que consiste no fechamento das vias locais além de infringir a legislação urbana local, não contempla todos os moradores e limita o lazer e bem-estar à população economicamente mais favorecida. Além disso, as ações de fechamento de vias não são bem aceitas pela população. Uma consulta pública realizada em 2020 evidenciou que quase metade dos voluntários de pesquisa — cerca de 47% — não concordam com o fechamento de vias públicas, afirmando que tal intervenção restringe o direito de ir e vir de todos. Ainda assim, 28,2% dos voluntários defenderam o fechamento das vias, alegando que esta ação promove maior sensação de segurança, enquanto 24,8% dos voluntários preferiram não opinar sobre o tema em questão. No entanto, é relevante mencionar que a porcentagem de participantes que percebem o fechamento das ruas como algo positivo são majoritariamente beneficiários diretos de tal forma de intervenção, por residir ou frequentar locais onde o fechamento da via pública é uma realidade.

Diante do exposto, preocupa-se em relação às referências em intervenção que se consolidam no Conjunto Jardim Maguari a partir da disseminação de práticas urbanas que podem interferir significativamente na dinâmica urbana local e agregar características de um conjunto habitacional fechado ao local. Cada vez mais se cogita em fechar ruas públicas diante da inércia da gestão pública em propor ações efetivas para redução da criminalidade no local. No entanto, há certa expectativa em relação ao próximo censo do IBGE em relação aos índices de criminalidade no bairro, pois uma unidade da polícia civil foi reativada e ampliada nos últimos anos, mas ainda assim

¹³ Entrevista concedida por MEDEIROS, Carlos L. Entrevista II. [jan. 2022]. Belém, 2022. 1 arquivo. mp3 (7 min.).

percebe-se a população com medo de viver a cidade.

Resultados e discussões

O resultado desta pesquisa pode ser entendido como indicador de qualidade do ambiente urbano referente ao recorte territorial em análise. Cardoso et al. (2013) afirma que “a vitimização e as percepções sobre a sensação de segurança podem ser concebidas como indicadores apropriados e de grande relevância para formulação, gestão e avaliação de políticas públicas”. A convergência ou a aproximação de percepções sobre a sensação de segurança apontam a formação de um novo imaginário sobre o lugar que influencia na ocupação e apropriação de espaços públicos. A partir das análises e entrevistas com a população, é possível acompanhar a evolução na insegurança dos usuários nos espaços públicos do conjunto habitacional e distinguir as modificações realizadas na estrutura e nas interações dos elementos morfológicos, que de um lado fortalecem a coesão e integração do espaço, e por outro, limitam e condicionam.

Os desdobramentos da falta de sensação de segurança mostram processos antagônicos de mobilização da população frente ao problema enfrentado. Parte das pessoas usa da apropriação de espaços livres como viabilizadores da implantação de ações projetuais espontâneas e táteis como instrumentos de acesso e qualificação de espaços públicos, e cerceamento da crescente tomada do lugar pela violência. Tratam-se de intervenções urbanas colaborativas, ainda que, em alguns casos, desassistidas de qualquer suporte técnico e financeiro por parte de órgãos públicos, o que reflete em ações desalinhadas às diretrizes e normas urbanísticas preconizadas à região ou sem acordo entre os moradores em geral. Em contrapartida, algumas ações caminham no sentido de restringir o livre acesso às vias públicas, além da construção de testadas cegas através de muros, formando fachadas inativas e dissipando a relação visual entre o espaço público e privado, aspecto sabidamente importante para a sensação de segurança. Como resultado disso, percebe-se uma dicotomia entre o processo gradual de segregação socioespacial que limita o direito à cidade à grupos vulneráveis socioeconomicamente, os quais ainda se sentem inseguros no espaço público, de forma a ter uma percepção contrária à de grupos específicos que promovem essas intervenções com arbitrariedade, os quais se favorecem com as ações realizadas em prol da sensação de segurança.

As percepções sobre a sensação de segurança nos espaços públicos do conjunto habitacional seguem duas linhas principais: a primeira consiste em percepções negativas decorrentes da degradação dos espaços públicos e formação de espaços ociosos, denotada por usuários que não se beneficiam das intervenções majoritariamente; enquanto a segunda consiste em percepções moderadas e positivas pautadas na sensação de segurança e tranquilidade em áreas tratadas pelos próprios moradores. Ambas as situações afirmam o território como espaço de lutas, contradições e resiliências.

Em linhas gerais, o trabalho é contínuo, portanto, periodicamente é analisado o avanço das ações sobre o espaço urbano na tentativa de compreender a proporção dos impactos provocados com as transformações na paisagem urbana em uma perspectiva temporal.

Nesse âmbito, retorna-se às referências teóricas que estudam o espaço público e suas propriedades. Gehl (2013, p. 91) destaca que a sensação de segurança depende da apropriação e valorização que a população dedica aos espaços urbanos, afirmando que “a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida ou vivenciada”.

Considerações finais

A partir da compreensão do ambiente construído por meio de percepções de usuários sobre a sensação de segurança é possível elaborar diretrizes urbanísticas na escala do bairro para mitigar os problemas atuais com coesão ao contexto urbano e social da região, de maneira a evitar processos autônomos sobre o espaço urbano, isto é, sem assessoramento técnico, que podem desencadear novas problemáticas no território.

As percepções dos usuários sobre o espaço público são vistas neste trabalho como a maior aproximação possível com a realidade para entender os problemas do conjunto habitacional, pois, nesse caso, a vivência do espaço público permite um aprofundamento na análise urbana. Contudo, os resultados da pesquisa procuram promover discussões sobre os impactos de ações espontâneas nos espaços públicos que alteram o cotidiano da população em geral.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e tem o apoio do programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM).

Apêndice

As perguntas de pesquisa abordadas neste apêndice fazem parte de um roteiro¹⁴ para a aplicação de entrevistas e do questionário, entre as quais estão:

a. Como você avalia a sensação de segurança em espaços públicos no Conjunto Jardim Maguari? Considere 5 como nota máxima e 1 como nota mínima, isto é, a nota máxima represente maior sensação de segurança enquanto a nota mínima representa menor sensação de segurança.

- I. 5
- II. 4
- III. 3
- IV. 2
- V. 1

b. Como você avalia a sensação de segurança em espaços públicos no Conjunto Jardim Maguari?

Argumentativa

c. Você acredita que as medidas de segurança adotadas por alguns moradores contribuem na melhora da sensação de segurança como câmeras de segurança e cercas elétricas?

Argumentativa

d. Você concorda com o fechamento e controle de acesso de vias públicas locais

por moradores como estratégia para melhorar a sensação de segurança no local?
Por quê?

Argumentativa

Referências

ALVES, C. F. *Urbanismo contemporâneo: uma alternativa para o bairro Inácio Barbosa?*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Sergipe, Sergipe, 2018. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10191/2/Camila_Faro_Alves.pdf. Acesso em 05 jun. 2022.

ARAÚJO, K. F. de. *Plano de bairro para o Conjunto Jardim Maguari, Belém (PA): alternativa a um planejamento urbano mais participativo*. 2020. 266 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade Estácio de Belém, Belém, 2020.

ARAÚJO, K. F. de; LIMA, A. P. C.; ROMANO, F. R.; DONOSO, V. G. Resignificação de espaços livres públicos na periferia: análise sobre intervenção urbana colaborativa no bairro Tenoné, em Belém, Pará. *Projectare*, n. 12, p. 140-159, 2021.

ARAÚJO, L. E. S.; BOMTEMPO, M. R.; MELO, D. B. V. de; COELHO, M. de C.; MARINHO, S. M. F. *Assistência técnica em urbanismo e habitação de interesse social: anotações de imersão da equipe técnica do CODHAB nas periferias do Distrito Federal - 2015-2018*. Brasília: IAB-DF, 2019.

BELÉM. *Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008*. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal, 2008. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N865508_plano_diretor.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.

BRANDÃO, V. A. *A sensação de segurança e o planejamento urbano: um estudo sobre a região central de Belo Horizonte*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997*. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília: Subchefia para assuntos jurídicos da presidência da república, [1997]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm. Acesso em: 27 set. 2021.

G1 PARÁ. *MP recomenda que vias públicas fechadas por portões sejam liberadas*. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-1edicao/videos/t/edicoes/v/m-precomenda-que-vias-publicas-fechadas-por-portoes-sejam-liberadas/7735101/>. Acesso em: 27 set. 2021.

GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, R. M. Configuração urbana e sensação de segurança: um estudo em Campina Grande – PB. In: *VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Brasília, DF, 2020.

HAMRA, J. E. C. *Urbanismo Bottom-Up: Sociedade em rede e processos de urbanização emergentes*. 2018. 198 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018. Disponível em:

¹⁴ É importante informar que as perguntas de pesquisa são um recorte pertinente à temática deste artigo, produto do Trabalho Final de Graduação do autor Kayan Freitas de Araújo.

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde31082018160155/publico/DissCorrigidaJoseEduardoHamra.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010: Sinopse por setores*. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em: 05 jun. 2022.

JACOBS, J. *Morte e a vida das grandes cidades*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LIMA, D. M. M. C. A Violência urbana e a sensação de insegurança nos espaços públicos de lazer das cidades contemporâneas. *Geoconexões*. v.2, n. 1, p.15-26, Campina Grande, 2015.

LYDON, M.; GARCIA, A. *Tactical Urbanism: short-term action for long-term change*. Washington: Island Press, 2015.

MACÊDO, A. F.; ALMEIDA, A. M. O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe. In: *1º Congresso Internacional Espaços Públicos*, Porto Alegre, 2015.

PREFEITURADE BELÉM. *Anuário Estatístico do Município de Belém*. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2012. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page_id=1510. Acesso em: 27 set. 2021.

SANTOS, D. A. R. dos. A segurança pública e o espaço urbano. *Revista Formadores - Vivências e Estudos*, v. 10, n. 2, p. 31 - 45. Cachoeira, 2017.

SILVA, L. S. *Intervenção urbana: arquitetura urbana tática*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/bitstream/20.500.11874/4296/1/Leticia%20Santos%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

SOARES, M.; SABOYA, R. T. Fatores espaciais da ocorrência criminal: modelo estruturador para a análise de evidências empíricas. *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20170236, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.AO10>. Acesso em: 05 jun. 2022.

VARGAS, J. C. B.; URIARTE, A. M. L.; CYBIS, H. B. B. Explorando as viagens a pé: estrutura urbana e sensação de segurança. In: *XXX ANPET – Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte*. Rio de Janeiro, 2016.